

Que PIB é esse? Que país é este?

Washington Novaes *



Ano novo, vida nova, cada cidadão, cada empresário começa a planejar sua vida para os doze meses à frente – qual vai ser a receita, quais as despesas, as sobras para investimento. E consultando os jornais para verificar as perspectivas da economia no ano, a taxa de crescimento prevista, as contas do governo, os índices de inflação projetados, seu queixo começa a cair.

No dia 24 de dezembro, por exemplo, a imprensa publicou o balanço do ano na visão do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Ele mencionou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995 da ordem de 4% e a esperança de que essa taxa se mantenha em 1996.

A confusão poderia começar aí mesmo, já que muitos outros economistas dividem-se entre perspectivas de crescimento que variam de 2 a 5%. Mas vamos ficar com a previsão do ministro, de 4% do PIB.

Nesse ponto, o pequeno empresário começará a calcular o quanto isso significa em moeda, para depois verificar quanto cabe ao setor econômico em que opera, na tentativa de projetar que receita poderá ter em sua atividade. Então, 4% do PIB quer dizer o que em moeda?

A confusão, aí, vai ser muito maior. No dia 20 de novembro, este jornal publicou declarações do se-

do do Banco Mundial em que o PIB per capita no Brasil, em 1994, situou-se em US\$ 3,3 mil. Mesmo sem considerar o crescimento da população de 1991 (ano do último censo) para cá, US\$ 3,3 mil multiplicados por 146,9 milhões chegam a um PIB de R\$ 484,7 bilhões. Subiu 12 bilhões e meio. E deu quase o mesmo resultado divulgado nesse mesmo dia pelo Jornal do Brasil (segundo este, o déficit operacional até novembro chegará a R\$ 5 bilhões, comparado com um superávit de R\$ 29 bilhões em outubro de 1994, que haviam significado 6% do PIB – e assim este seria de R\$ 483,3 bilhões). Está melhorando, duas cifras quase iguais.

Mas o otimismo dura pouco. Dois dias depois, O Globo volta à carga e cita o economista Flávio Nolasco, da MA Consultoria, que aponta uma dívida pública interna de R\$ 109 bilhões, equivalente a 18% do PIB. E lá se vai o nosso PIB para as alturas dos R\$ 600 bilhões. Longe ainda dos R\$ 890 bilhões do secretário do Tesouro, mas já bem melhor que esse PIB na casa dos R\$ 400 bilhões.

enquanto o ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni baixa mais ainda, no dia 31, para 3,5%.

E o nosso empresário fica a se perguntar: se o PIB cresceu 4%, isso quer dizer R\$ 12 bilhões (PIB de R\$ 300 bilhões), R\$ 15,7 bilhões (PIB de R\$ 392,6 bilhões), R\$ 17 bilhões (PIB de R\$ 425 bilhões), R\$ 18,89 bilhões (PIB de R\$ 472,4 bilhões), R\$ 19,2 bilhões (PIB de R\$ 481,2 bilhões), R\$ 19,33 bilhões (R\$ 483,3 bilhões), R\$ 19,38 bilhões (R\$ 484,7 bilhões), R\$ 24 bilhões (R\$ 600 bilhões) ou R\$ 35,6 bilhões (PIB de R\$ 890 bilhões).

As mesmas contas podem ser feitas para o déficit, que oscilará entre R\$ 105 bilhões (3,5% de R\$ 300 bilhões) e R\$ 38,8 bilhões (4,36% de R\$ 890 bilhões), dependendo de se considerar menor percentual de déficit e valor do PIB, entre os aponta-

dos, e os maiores números, nos dois casos. Como poderá esse empresário planejar corretamente sua vida? Se o País vai crescer entre 2 e 4%, como dizem economista e ministros, isso quer dizer quanto? R\$ 6 bilhões? Ou R\$ 37 bilhões (4% sobre um PIB de R\$ 890 bilhões acrescido de mais 4% em 1995)? Quanto vai caber ao seu setor de atividade?

Mas não é só o empresário que corre riscos de planejar tudo errado, por falta de indicadores corretos. O governo também. De que país ele fala quando se refere às perspectivas para 1996? De um país com renda per capita de US\$ 2,8 mil ou reais (US\$ 425 bilhões divididos pelos mesmos 150 milhões) ou de US\$ 5.933 (PIB de US\$ 890 bilhões divididos pelos mesmos 150 milhões).

Na verdade, num tempo em que já deveríamos estar nos aproximando de

um planejamento que pudesse partir de informações precisas sobre cada microrregião, ainda não temos sequer os grandes números aproximados. E o sistema nacional de estatísticas vai sendo destruído, passo a passo.

Não dispomos ainda de todas as informações colhidas no Censo de 1991 (já feito com um ano de atraso, graças ao desmonte iniciado na era colhida), porque parte não foi processada. Os grandes agregados econômicos por unidades da Federação só estão disponíveis até 1985, mesmo ano em que se interrompeu a série dos PIBs e o último em que se fez um censo agropecuário. Quem quiser estatísticas completas sobre a área energética em todos os estados vai ter de conformar-se com os dados de 1984. Por regiões, as estatísticas energéticas não vão além de 1988. Os dados sobre consumo final de energia não passam de 1992, enquanto o consumo familiar por classes não passou de 1975. Na área de saneamento, o melhor que tem é de 1988. Na limpeza urbana, 1989. Desmatamento na Amazônia, 1991 (com satélites e tudo).

Enquanto isso, a realidade se transforma muito rapidamente, com a aceleração histórica devida à velocidade da informação e dos avanços da ciência. Planejar com informações de um ano antes já seria uma temeridade, quanto mais com as de uma década anterior.

Em 1968, o cardeal belga Suenens já alertava: hoje, a diferença entre uma pessoa de 20 anos e uma de 40 anos não é de vinte anos, é de dois séculos; porque o que levava um século para acontecer acontece em uma década, o que levava uma década muda em um ano.

Com a precariedade das nossas informações, não estamos planejando o futuro, estamos brincando com o passado.

Em tempo: com este artigo já concluído, o ex-presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, mencionou aqui mesmo na Gazeta Mercantil (12/1/96) o conceito de “produto interno bruto potencial”, que “poderia ter atingido cerca de US\$ 850 bilhões (ou até mais, dependendo de hipóteses a respeito do crescimento potencial da economia), ante o valor efetivamente verificado em 1995, de US\$ 600 bilhões ou mais”. Durma-se com um barulho desses.

* Jornalista

cretário do Tesouro Nacional, dizendo que o estoque de títulos do governo federal em poder do público correspondia a 5,44% do PIB. Como esse estoque era de R\$ 44,8 bilhões, podia-se concluir que o PIB era de R\$ 890 bilhões. Nosso suposto empresário ficaria muito surpreso com esse número, pois tem ouvido falar em cifras muito menores para o PIB.

Se levar sua pesquisa adiante, ele verificará que, uns vinte dias depois, a Folha de S. Paulo (13/12) atribuiu ao ex-ministro Delfim Netto declaração que situa o déficit nominal do governo em "R\$ 12 bilhões, ou 4% do PIB". Nessa hipótese, o pobre PIB já terá caído para R\$ 300 bilhões.

Mas três dias depois a Agência JB distribuiu aos jornais matéria situando esse mesmo déficit em 4,1% do PIB, que corresponderia a R\$ 16,1 bilhões. Aí o PIB já dá um salto para R\$ 392,6 bilhões.

Sem desanimar, nosso empresário vai adiante. E encontra na mesma Folha (16/12) notícia em que o Banco Central (BC) situa o déficit público, que era de 4,36% do PIB em setembro, na casa dos 3,89% em outubro. E diz que essa redução de 0,47%, calculada sobre um PIB de R\$ 481,2 bilhões, significava uma redução de R\$ 2,2 bilhões em relação ao mês anterior. Mas advertia: o Banco Central não quer mais dizer com que PIB trabalha. E agora?

É preciso seguir em frente, não se pode perder o ânimo. E no dia 28 de dezembro, está lá, no Globo: o ministro Pedro Malan calcula que o déficit operacional do governo em outubro havia chegado a R\$ 20,6 bilhões, ou 4,36% do PIB. Agora, o PIB cai um pouquinho, só uns R\$ 9 bilhões, e fica em R\$ 472,4 bilhões.

O que desce pode subir. E três dias depois o mesmo Globo divulga estu-

do. Cinco dias mais tarde, nova desilusão. No mesmo jornal, entrevista da economista Lia Alt, da Fundação Getúlio Vargas. E para ela o nosso PIB não passa de R\$ 425 bilhões.

Não bastasse isso tudo, no dia seguinte o Jornal do Brasil cita outro economista, Ricardo Varsano, do IPEA, a propósito da carga de impostos no País, que ele situa em 30% de um PIB de "mais de R\$ 600 bilhões", para chegar ao total de R\$ 186 bilhões em impostos.

Não só o empresário corre o risco de planejar tudo errado por falta de indicadores corretos. O governo também

A essa altura, nosso empresário com certeza estará muito aflito. E tentará encontrar outros referenciais, para poder planejar sua vida. Quem sabe os números sobre o déficit operacional do governo, que podem indicar uma tendência quanto ao controle real sobre os gastos e as contas públicas, em última análise sobre a inflação?

Também por aí parece não haver muita esperança para o consulente. O Jornal do Brasil (16/12) menciona um déficit público de 4,1% do PIB, que o economista Paulo Yokota baixa um pouquinho (Gazeta Mercantil, 19/12) para 4%. A Agência Estado, três dias depois, divulga as contas de um de seus columnistas, reduzindo um pouco mais o déficit, para 3,7%. Mas outra columnista, no Globo, no mesmo dia 22, retorna aos 4%. Menos otimista de todos, o ministro Malan, no mesmo jornal, seis dias mais tarde, sobe o déficit para exatos 4,36%. O IPEA, no dia 29 (O Globo), baixa mais uma vez para 4%,